

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.483 - SP (2019/0274662-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **GALTER & OLIVEIRA SOLUCOES IMOBILIARIAS LTDA**  
**ADVOGADO** : **MÁRCIO ROGÉRIO DE MORAES ALMEIDA E OUTRO(S)** -  
SP208420  
**AGRAVADO** : **MARIO ARNALDO ALBANO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO** : **LUIZ CARLOS VIEIRA GARCIA E OUTRO(S)** - SP270266

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Galter & Oliveira Soluções Imobiliárias Ltda. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Verifica-se que o agravado ajuizou ação de anulação de negócio de compra e venda combinada com indenizatória, julgada parcialmente procedente.

Interpostas apelações pelas partes, a Trigesima Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 233):

Compromisso de compra e venda. Distrato. Ação de anulação de negócio de compra e venda cumulada com indenização por danos materiais e morais. Sentença de parcial procedência. Apelo de ambas as partes. Pretensão formulada pelo comprador do imóvel em face da intermediadora. Contrato que previa o pagamento da comissão de corretagem pelo vendedor. Intermediadora que cobrou o valor do comprador. Restituição devida. Dano moral não caracterizado. Despesas com obtenção de financiamento que são de responsabilidade do comprador. A compensação de honorário é admitida, consoante regra do artigo 21 do CPC/1973. Não se aplicam as regras do novo Código, porque a sentença é anterior. Prequestionamento. Sentença mantida. Apelos desprovidos.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, pelos

# Superior Tribunal de Justiça

seguintes fundamentos: (i) assertivas de ofensa a dispositivos constitucionais não servem de suporte a interposição de recurso especial por escapar às hipóteses estabelecidas no art. 105, III, da Constituição Federal; e (ii) quanto à violação dos arts. 405, 421 e 725 do Código Civil não ficou demonstrada a vulneração a estes dispositivos.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, é dever da parte recorrente combater especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o desacerto do *decisum* que não admitiu o recurso especial, nos termos do que preconiza o art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. AGRAVO REGIMENTAL TEMPESTIVO. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (art. 544, § 4º, inciso I, do CPC). 2. Embargos declaratórios acolhidos para, afastada a intempestividade do agravo regimental, negar-lhe provimento. (EDcl no AgRg no AREsp n. 213.509/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 11/9/2014)

O referido entendimento foi recentemente confirmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial n. 746.775-PR.

Confira-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932. 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é indivisível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp n. 746.775/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018)

No caso, a agravante não infirmou especificamente o fundamento do não cabimento no âmbito do recurso especial de alegações de ofensa a dispositivos constitucionais.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

